

Belluzzo nega recurso ao FMI

Maria Luiza Abbott

Brasília — O assessor econômico do ministro da Fazenda e um dos principais responsáveis pela política econômica brasileira, Luiz Gonzaga Belluzzo, prefere não falar sobre as críticas dos ex-ministros Delfim Netto e Roberto Campos sobre a suspensão de pagamentos dos juros da dívida externa. Em resposta, ele conta uma parábola:

Em sua cidade, no interior de São Paulo, um indivíduo foi atacado por dois cachorros no meio da rua. O homem parou e ficou brigando com os cães, quando um vizinho se aproximou e perguntou: por que você não briga com o dono dos cachorros?

— É o que nós vamos fazer, discutir com os donos dos cachorros — diz Belluzzo, explicando que as críticas de Roberto Campos e Delfim Netto são feitas como representantes do **establishment** internacional. Por isso, segundo ele, o governo brasileiro prefere falar diretamente com “os donos dos cachorros”, a comunidade financeira internacional.

Luiz Gonzaga Belluzzo afasta qualquer possibilidade de o Brasil ir ao Fundo Monetário Internacional, pois, para ele, se o país fosse adotar este caminho, não teria declarado a suspensão de pagamentos dos juros da dívida externa. Otimista, ele faz questão de lembrar que a situação do Brasil, atualmente, é diferente da que foi vivida em 82, quando o país quebrou e suspendeu as remessas de dólares ao exterior.

— Há um ano e meio estamos negociando e a moratória não foi decidida numa semana. Há muito tempo nos preparamos para ela —

explica, dizendo que isso não aconteceu em 82.

Ele lembra o fracasso dos ajustes propostos pelo FMI no caso do México, Argentina e Venezuela, por exemplo. Estes países quebraram, embora estivessem seguindo exatamente a receita do Fundo, o que foi decisivo para se levantarem dúvidas contra os programas do FMI. Belluzzo esclarece, também, que o próprio secretário de Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, deu uma demonstração da evolução das posições da comunidade financeira internacional, ao propor o co-financiamento do Banco Mundial, para pagamento da dívida dos países do Terceiro Mundo.

Segundo o ministro interino, as circunstâncias são diferentes, porque os bancos credores capitalizaram-se desde 82 e hoje o Brasil tem reservas cambiais, ao contrário daquele ano.

— As circunstâncias são diferentes, porque o ministro Dilson Funaro não é o ministro Delfim Netto. Ele não é homem ressentido porque não era convidado a integrar o time de futebol quando criança. Dilson Funaro era convidado — dispara Belluzzo.

Confiante no sucesso da estratégia de negociação desenvolvida pelo Brasil, Belluzzo acredita que não será preciso suspender importações de insumos e bens essenciais, que poderiam ameaçar o abastecimento brasileiro. Ele acredita que o Brasil conseguirá um acordo positivo com os credores internacionais antes que esta situação possa se caracterizar, mas, se isto não acontecer, o país, em sua opinião, terá meios de manter suas compras externas.

Ácido em suas críticas contra os dois ex-condutores da economia brasileira — Roberto Campos, no governo de Castello Branco, e Delfim Netto, nos governos Médici e Figueiredo —, Belluzzo atribui a eles uma parcela da crise atual. Na opinião do assessor de Funaro, até mesmo os boatos sobre uma moratória interna do governo brasileiro podem ter origem em Roberto Campos e Delfim Netto.

— Os boatos sobre congelamento do **overnight** devem ser latidos dos cachorros — decreta Belluzzo.

O governo está investigando a origem destes boatos que, de acordo com Belluzzo, só interessam a quem quer tumultuar o processo brasileiro e para aumentar os lucros dos bancos. A sua explicação é simples, pois, diante dos boatos de um possível congelamento, os aplicadores retiram o dinheiro do **over** e o colocam em depósitos à vista, que não têm qualquer remuneração e, portanto, têm custo zero para os bancos.

Mesmo reconhecendo que o custo de rolagem das dívidas interna e externa tem um peso essencial no déficit público, Belluzzo lembra que o refinanciamento do endividamento interno caiu muito, em termos reais, com o Plano Cruzado. O fim da correção monetária e a criação das Letras do Banco Central (LBC) — que correspondem à variação do Índice de Preços ao Consumidor — contribuíram para reduzir o custo da rolagem interna. Para ele, o problema está na área externa, que já está sendo negociada pelo governo brasileiro.